

O BRICS PARA A CHINA: O NASCIMENTO DE UMA NOVA LÓGICA À ORDEM GLOBAL?

Renan Yamasaki Veiga Barros¹ 

Destaques:

- Dispositivos multilaterais possibilitam a integração extrarregional e o desenvolvimento econômico mútuo.
- A China, como assumido na Teoria do Sistema-Mundo, será a próxima principal potência mundial, colocando instituições periféricas em outro patamar.
- A categoria BRICS auxilia o desenvolvimento econômico de outras nações emergentes, ampliando trocas comerciais estratégicas para com os países membros.
- O cenário atual desperta muitas dúvidas sobre o futuro do projeto do grupo, suscitando mais questões do que respostas taxativas.

Resumo: Este trabalho busca um aprofundamento na discussão acerca da relevância de blocos extrarregionais, com destaque ao BRICS, na dinâmica global e suscita uma possível emergência de um “novo mundo”. A consulta de documentos e dados como recurso fornece subsídios para a análise da integração multilateral, e fatos destacados se apresentam como exemplos da necessidade da maior cooperação entre os países membro, promovendo maior protagonismo às nações emergentes frente as potências tradicionais, com maior destaque a China. Assim, este trabalho tem a proposição de reunir questões que envolvem o BRICS e a relação dos países membro com o país asiático, conduzindo o debate a uma reflexão a partir das respostas parciais dispostas a seguir.

Palavras-chave: BRICS; multilateralismo; sistema-mundo; China; geopolítica.

BRICS TO CHINA: THE BIRT OF A NEW LOGIC TO GLOBAL ORDER?

Abstract: This article seeks to deepen the discussion about the relevance of extra-regional blocks, with emphasis on the BRICS, in the global dynamic and raises a possible emergence of a “new world”. Documents and data were used as resources to provide subsidies for the analysis of multilateral integration, highlighting facts presented as examples of need for greater cooperation between member countries, promoting greater prominence for emerging nations against traditional powers, with na emphasis on China. Thus, this paper proposes to bring together issues involving the BRICS and the relationship of member countries with the Asian country, leading the debate to a reflection based on the partial answers set out below.

Keywords: BRICS; multilateralism; world-system; China; geopolitics.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP–Rio Claro). E-mail: renan.yamasaki@unesp.br

LO BRICS PARA CHINA: ¿EL NACIMIENTO DE UNA NUEVA LÓGICA A LA ORDEN GLOBAL?

Resumen: Este artículo busca profundizar la discusión sobre la relevancia de los bloques extrarregionales, con énfasis en los BRICS en la dinámica global y plantea la posible emergencia de un “nuevo mundo”. La consulta en documentos y datos como recurso brinda subsidios para el análisis de la integración multilateral, y se presentan como ejemplos de la necesidad de una mayor cooperación entre los países miembros, promoviendo un mayor protagonismo de las naciones emergentes frente a las potencias tradicionales, con mayor atención en China. Así, propusimos nos acercar a las cuestiones que involucran a los BRICS y la relación de los países miembros con el país asiático, llevando el debate a una reflexión a partir de las respuestas parciales que se exponen abajo.

Palabras clave: BRICS; multilateralismo; sistema-mundo; China; geopolíticas.

INTRODUÇÃO

Do início do século para os tempos atuais, foram constatadas algumas alterações no jogo de forças das grandes potências mundiais, sobretudo quando suscitamos países emergentes. O rápido crescimento econômico, o protagonismo em assuntos internacionais e um assertivo projeto global são alguns exemplos que colocam os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – entre um dos grupos mais promissores dentre aqueles já consolidados, e que desempenhou real competência para se tornar o equilíbrio na ordem já instaurada sob a égide das potências tradicionais, tais como Alemanha, Estados Unidos e Japão. Os movimentos que nos leva a acreditar que isso possa ser uma realidade no futuro se baseia em uma série de análises, e sobretudo, na teoria exposta a seguir, que evidencia a reconfiguração da ordem global em vigência a partir de novos atores no jogo de forças.

A eleição de nosso objeto – o BRICS – possibilitaria tirar prova das ações adotadas e das intencionalidades que viabilizam uma maior confluência dos países do bloco juntos a um projeto global potencializado pela China. O BRICS foi reconhecido da forma que é a partir de 2011, quando se teve a África do Sul agregada ao agrupamento. Todavia trata-se de um projeto mais antigo, com suas origens ainda no início do milênio, quando Jim O’Neill, chefe de pesquisa econômica da Goldman Sachs, percebendo o crescimento de países de grande extensão territorial e com expressivo desenvolvimento econômico, criou uma categoria, amplamente divulgada em sua publicação na *Goldman Sachs Global*

Economics Paper n° 66, intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”, no ano de 2001 (STUENKEL, 2017, p.15). No dia 24 de setembro de 2007, foi realizado em Nova Iorque o encontro dos ministros das Relações Exteriores, junto a Missão do Brasil nas Nações Unidas antes da 62ª AGNU (Assembleia Geral das Nações Unidas). A iniciativa brasileira em tornar realidade a consolidação de um grupo coeso, aprofundando os discursos para se organizar um fórum à parte, resultou em uma na contrapartida russa, que se dispôs a organizar uma cúpula própria dos ministros das Relações Exteriores no ano seguinte, 2008. Em 2009, já com a presença dos chefes de Estado, a primeira cúpula do BRICs, realizada em Ecatimburgo, rendeu frutos imprescindíveis quanto à periodicidade dos encontros, assim como na disposição de objetivos comuns na área da segurança, agricultura e confluências sobre assuntos econômicos (BAUMANN, 2015).

A fim de embasar o entendimento colocado anteriormente, adotamos a perspectiva assumida por Giovanni Arrighi (2008, 2013) no qual dentro de sua conjunção de hipóteses o leva a colaborar de forma contundente na teoria do *Sistema-Mundo*, incluindo a nova dinâmica global da ascensão chinesa na cena internacional. O esboço dessa ideia de ciclos de acumulação parte do pensamento de Braudel (*longue durée*), no qual seria possível a identificação de períodos aos quais, inseridos no contexto do capitalismo histórico, alcançariam uma maturidade, deixando de lado sua expansão comercial (comércio material) em para a financeira (comércio de moedas). Não é totalmente preciso apontar o exato momento em que há a ruptura para o início do sistema mundo como queremos colocar aqui, mas como aponta Arrighi (2013) essa inflexão se dará a partir da sobreposição das redes de acumulação sobre as redes de poder dos Estados, contribuindo para a organização do que é proposto como os *ciclos sistêmicos de acumulação* (ARRIGHI, 2013). Grosso modo, Wagner Arienti e Felipe Filomeno (2007) capturando esse conceito de Arrighi, nos otimizam o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação sendo; “ciclos de ascensão e queda das hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 119). A China, assim, apareceria como uma suposta candidata a tomar frente do próximo ciclo de acumulação,

levando consigo uma ampla potência na regulação e organização do sistema global por meio de suas ações e instituições.

A seguir, ressaltaremos os instrumentos de proteção e contraposição do grupo na ordem institucional, que incorpora maior autonomia aos países membros e preserva relativo poder de decisão e contrabalanceamento no jogo de forças existente, ofertando alternativas para nações em desenvolvimento em projetos de infraestrutura e auxílio financeiro. Ademais, buscaremos traçar algumas evidências a partir de exemplos da conjuntura e as ações que foram tomadas pelo agrupamento assim como a potencialidade que o BRICS possui com um maior foco na participação da China neste processo, assim como os fatos que possibilitariam a ascensão do Estado asiático. Entendemos que a centralidade e importância que este país possui possibilita uma maior potência e ação aos demais membros, sobretudo a partir de ações conjuntas e intencionalidades comuns aos demais países emergentes frente as exigências e demandas das potências do centro global, que hoje exercem sua hegemonia econômica e política através de instituições tradicionais e conservadoras. Todavia o cenário ainda não é conclusivo, o que reforça a necessidade de um rigoroso acompanhamento futuro dos desdobramentos atuais para a efetivação desse projeto.

BRICS INSTITUCIONAL: CONJUNTURA E POTENCIALIDADES

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que a agenda comum dos países membros é densa, uma vez que, em reuniões anuais, diversos grupos de trabalho, assim como encontros de representantes de Estados, são promovidos com a finalidade de se estabelecer planos de ação, assim como definir normas institucionais quanto a procedimentos gerais aos membros do grupo. Elegeremos assim, pontos mais interessantes ao nosso trabalho para que sejamos mais diretos quanto o projeto de contrabalanceamento da ordem global que é almejado. Nos referimos precisamente ao NDB (Novo Banco de Desenvolvimento) e ao ACR (Arranjo de Contingente de Reservas), que muitos já acreditam ser o pontapé para a reestruturação da ordem preexistente.

Na imprensa nacional e internacional, surgiram opiniões diversas. Alguns acreditaram que tais países estariam constituindo uma espécie de 'Bretton Woods do século XXI'

[CARTA MAIOR, 2014], criando uma ‘alternativa potencial’ ao FMI e ao BM [BATISTA JR, 2015]. Outros destacaram que serviriam para diminuir influência internacional dos Estados Unidos e da União Europeia [WEISBROT, 2014a] ou que seriam reflexos das disparidades e dos déficits de democracia na governança global [STIGLITZ, 2014]. Houve quem afirmasse que as instituições financeiras dos BRICS preencheriam um vazio importante na arquitetura financeira internacional [CARNEIRO, 2014], o que demonstraria o papel de liderança desses países na construção de uma nova ordem mundial [DRUMMOND, 2014]. Tiveram, ainda, aqueles que argumentaram se tratar de medidas que ameaçavam a ‘hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos’ [LEITE, 2015] e de que seriam respostas para a ‘preservação da soberania’ [BRITO, 2015]. Houve quem denunciasse que megaempresas monopolistas estariam no comando dos BRICS e que, por isso, não se poderia ‘depositar confiança em iniciativas associadas a elas’ [YEROS, 2014]. Por outra perspectiva, existiu quem defendesse que seria errado ‘exagerar a importância’ dessas iniciativas [NETTO, 2014] e que as organizações criadas pelos BRICS não seriam ‘tão subversivas como parecem ser’ [THE ECONOMIST, 2014]. Houve também quem encarasse tais instituições mais como uma manobra política, cujo verdadeiro objetivo seria o de conseguir as desejadas modificações nas estruturas de governança do BM e do FMI [HARTLEY, 2014] (VASCONCELOS, 2018, p. 104).

A multiplicidade de opiniões e argumentos que são apresentados quanto à tais instituições é muito extenso, como pudemos perceber a partir da colocação de Vasconcelos (2018), o que nos força a analisar o contexto em busca de um ponto de vista pessoal. É nesse sentido, que observando mais atentamente as estratégias implícitas no agrupamento e as possibilidades que essas instituições possuem, tendemos a acreditar em algo similar ao que Stuenkel (2018) diz ser a gestação de uma *ordem paralela*.

Divulgada em 2014, após a VI Cúpula dos BRICS, a declaração de Fortaleza especificava as restrições que os mercados emergentes possuem com relação aos financiamentos externos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em seus respectivos territórios e com isso, é feito o anúncio da criação do Novo Banco de Desenvolvimento e seu funcionamento. No mesmo documento, também é anunciado o estabelecimento do Arranjo de Contingente de Reservas do BRICS e seu funcionamento. Enumerados sequencialmente, consta nos tópicos 11, 12 e 13 o seguinte:

11. Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a

enfrentar restrições de financiamento significativos para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. (...) o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementarará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado.

12. O Banco terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será do Brasil. O primeiro Presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede.

13. Temos satisfação em anunciar a assinatura do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS com a dimensão inicial de US\$ 100 bilhões. Esse arranjo terá efeito positivo em termos de precaução, ajudará países a contrapor-se a pressões por liquidez de curto prazo, promoverá maior cooperação entre os BRICS, fortalecerá a rede de segurança financeira mundial e complementarará arranjos internacionais existentes (BRICS, 2014).

Como é possível perceber, o grupo não trata com animosidade ou mesmo cita quais são os agentes que criam as restrições para os emergentes, demonstrando um certo apego amistoso frente ao ordenamento institucional já configurado. Nos parece que essa estratégia revela um cuidado quanto à ambição do grupo e concebe de forma intrínseca à sua visão própria de mundo, não sendo assim, a superação imediata dos tradicionalismos globais, ainda que a busca da equidade e a proposição de uma agenda mais multipolar sejam explicitamente tratados em seu discurso. Abdenur e Folly (2015) colocam ainda que “embora o BRICS seja uma iniciativa de cunho anti hegemônico, (...) o objetivo principal desses países é o de expandir sua influência no mundo e não de desengajar ou substituir as instituições internacionais já consagradas” (ABDENUR; FOLLY, 2015, p. 83). Batista Jr. (2019) se refere ainda ao ACR, por exemplo, como um fundo que possui “(...) natureza preventiva e representa um

mecanismo de solidariedade financeira entre os cinco países, a ser acionado em momentos de dificuldade” (BATISTA JR, 2019, p. 240).

A agenda que os BRICS vêm adotando, como dito anteriormente, chama a atenção pela criação desses mecanismos que miram o aumento de influência sobre os demais países emergentes, a partir da diplomacia ativa. Durante os anos de 2016 e 2017, o Conselho de Governadores do NDB não mediram esforços para incentivar a adesão de novos membros ao redor do mundo no novo Banco – setenta contatos preliminares foram realizados. Dentre as ações inseridas nesse período estava a criação de parcerias entre bancos regionais para além do Banco Mundial, fundando-se sob o modelo de cotas, cuja participação estaria centrada nos interessados (BATISTA JR, 2019). Essas ações, listadas como exemplo anteriormente, refletem nuances ligadas ao imaginário ideológico do grupo, se fundando em disposições jurídicas, institucionalizando assim as práticas dos países membros como ambição coletiva.

Com relação as potencialidades, as *instituições de fortaleza* – alcunha atribuído nesse trabalho ao NDB e o ACR – despontam positivamente suas intenções buscando a descentralização da regulação e das normas que emanam de Bretton-Woods. Porém, tendemos a concordar com Vasconcelos (2018) quanto às incertezas de base relacional política, e administrativa que atrapalham a prática efetiva dessas intenções.

O NDB e ACR poderiam, em tese, reajustar mais facilmente as rotas trilhadas até o momento. Para tanto, os BRICS cumpririam um papel crucial para avaliá-los e para promover as devidas correções. Acontece que, mesmo que desejassem tais mudanças, o acirramento de conflitos internos (mudanças de governos, tensões entre China e Índia, crises econômicas entre outros fatores) e externos (tensões entre Rússia e Reino Unido, China e EUA etc.) pode reduzir as capacidades da própria plataforma de ajustar e coordenar politicamente seus projetos (VASCONCELOS, 2018, p. 212).

Tais contratemplos que Vasconcelos (2018) pontua, são detalhadamente explorados por Batista Jr. (2019) no segundo capítulo de seu livro², no qual, os relatos descritos exploram a percepção do autor do lado de dentro do Novo

² Nos referimos à seção intitulada “Primeiro triênio do Novo Banco de Desenvolvimento – promessas, resultados, decepções” (p. 256 – 283).

Banco. Do ponto de vista geopolítico e das relações internacionais, a Rússia acumulara revezes com países ocidentais após a crise da Ucrânia, quando as atenções se voltaram a anexação da Criméia ao território russo. Dentre as sanções atribuídas ao Kremlin estavam o bloqueio de acesso à financiamentos do BM e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) – país que anteriormente a crise, era um dos principais clientes. Na somatória, mais de 40 países, incluindo os Estados Unidos, passaram a restringir a relação com a potência euroasiática, muitos dos quais passaram a atuar em blocos para o retardo de operações com a Rússia (BATISTA JR, 2019).

Somado a esse tópico, a China obstinada não se limitava aos enclaves dos BRICS e dividia suas ambições internacionais na criação de outros projetos institucionais. Fundado pouco depois do NDB, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), liderado pela China, passou a desempenhar papel global quando passou a somar mais de 90 países no seu quadro de membros e ser principal responsável pela execução do *Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século 21* (OBOR). O projeto mostrou-se uma preocupação para a Índia³, por conta do corredor econômico China-Paquistão que se estabeleceria, abalando os laços de confiança entre os dois países do BRICS, e conseqüentemente trazendo impasses na assinatura de acordos multilaterais com outros bancos, em assuntos ligados a OBOR (BATISTA JR, 2019).

Ainda quanto ao cenário de suspeitas que emergia, as crises econômicas e políticas vividas pelo Brasil e África do Sul também contribuíram para o desentendimento administrativo no interior do NDB. Importante figura no processo de consolidação BRICS, Jacob Zuma (ex-presidente sul-africano) renunciara à presidência após acusações de corrupção se aprofundarem em 2018, provocando descompasso em relação ao entendimento dos esforços do país destinados ao grupo (BATISTA JR, 2019). Do lado brasileiro, o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, colocara em seu lugar Michel Temer, reestruturando a política doméstica do país, fazendo refletir diretamente nas diligências para com o BRICS.

³ Sabe-se bem que Paquistão e Índia possuem relação conflituosa por conta de regiões (Caxemira) estratégicas em recursos naturais, desde a independência do domínio britânico.

Ao passo que os pontos que definem a agenda dos BRICS quanto às ideias de uma estratégia ampla, focada em outros espaços, com diferentes agentes, se fazem extremamente relevantes para uma pós-ocidentalidade, as divergências internas, provocadas pelo corpo administrativo e pelas relações geopolíticas, tornam-se um grande impeditivo para o progresso do grupo. Mesmo que periodicamente encontremos duras críticas ao grupo, sejam elas do meio acadêmico ou jornalístico, isoladamente, iniciativas paralelas demonstram a capacidade organizacional e colocam o BRICS em outro patamar. Estamos nos referindo, por exemplo, ao mais “bem-sucedido” AIIB, que conta com os mais diversos parceiros, incluindo para além da China, o Brasil, a Rússia, a África do Sul e a Índia como membros fundadores lá no seu início em 2015 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2018). A seguir, analisaremos com maior atenção o papel da China para o grupo, e a relação que se estabelece e se define historicamente no campo das intencionalidades do país asiático.

CHINA E A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS

As reformas do Estado que promoveram a abertura da China se inseriram positivamente no contexto de um mundo capitalista globalizado, levando o país asiático a se tornar rapidamente um protagonista no cenário global. Trata-se hoje da segunda maior economia do planeta, principal parceiro comercial de diversos Estados em continentes como África e América, residência de inúmeras empresas de alta tecnologia e cada vez mais, é responsável pela regulação e administração de novas instituições de investimento etc. As relações que se estabelecem ao redor do mundo com a China são frutos imediatos de um reflexo da situação interna particular do país, reverberando diretamente nas estratégias geopolíticas assumidas. Dentre as particularidades, a dependência de insumos primários, nas diversas cadeias de abastecimento e transformação internos, como hidrocarbonetos, minérios e alimento, tem impacto direto nas estratégias e relações consolidadas. Para responder à questão anteriormente colocada, devemos entender a conjuntura e colocar assim em consonância à diplomacia chinesa, as necessidades evidentes em seu território.

Assuntos como *segurança alimentar*, decisivo para elaboração de estratégias quando falamos de abastecimento de uma população de mais de 1,3

bilhão, tornam-se pauta na condução da política externa chinesa. Algo inerente, portanto, a esse pensamento, também se pode colocar em pauta a questão da *segurança energética*, mais especificamente, a questão do petróleo. Pensar sobre o abastecimento da China e seu crescimento econômico, torna-se um exercício complexo de avaliação multicausal das relações globais, uma vez que a expressividade do país se faz indissociável do resto do mundo, como acrescentam Pautasso e Oliveira (2008).

No caso específico da China, a segurança energética passa pela garantia do fornecimento para suportar as taxas elevadas de crescimento que o país vem apresentando nas últimas três décadas. Não somente no âmbito energético o crescimento chinês tem impacto na economia mundial (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008, p. 373).

O processo de liberalização da economia chinesa a partir da década de 1970 teve importante papel na configuração desse quadro. A forma como eram conduzidos os planos econômicos incumbiam o comércio exterior somente à autoridade central, o que correspondia a aproximadamente somente 7% do PIB chinês nessa época. Entretanto, a partir de 1978 quando Deng se afastou das políticas de Mao efetivamente, grandes fluxos de investimento estrangeiro em busca de suprir a demanda por manufaturas se direcionaram ao território chinês, o que possibilitou melhor posicionamento da China no mercado global pelo baixo valor adicionado de seus produtos – como plástico de baixo custo, brinquedos e produtos têxteis –, se configurando inicialmente pela importação de maquinários, na década de 1980, e posteriormente produtos primários na década seguinte (HARVEY, 2014a). O custo da implantação dessa dinâmica é descrito por Harvey (2014):

(...) o dramático crescimento da China a tornou mais dependente de fontes externas de matérias-primas e energia. Em 2003 a China absorveu 30% da produção de carvão, 36% da de aço e 55% da produção mundial de cimento. Saiu de uma relativa auto suficiência em 1990 para ser o segundo maior importador de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos, em 2003. (...) Em sua procura desesperada por metais estratégicos, como cobre, estanho, minério de ferro, platina e alumínio, a China se apressou a fazer acordos com o Chile, o Brasil, a Indonésia, a Malásia e muitos outros países (HARVEY, 2014, p. 151).

Esse processo transpôs um enorme encadeamento de especialização produtiva regional, sobretudo na América Latina, confluindo para a organização da dinâmica primária exportadora que hoje conhecemos. Durante a década de 1980, os bens primários oriundos da América do Sul foram responsáveis por incríveis 80% das importações chinesas para esse setor, sendo que do inverso, os produtos de exportação do país asiático eram cerca de 90% industrializados, nos quais 40% destes, eram manufaturas de alta tecnologia (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014). Maior beneficiário dessa disposição, podemos dizer que foi o Brasil, que a partir dessa nova configuração, passou a exercer maior centralidade regional na produção de industrializados de exportação para os países vizinhos cada vez mais abalados pela reprimarização relacionada ao comércio sino-latino-americano.

A integração global proporcionada por essas extensas plataformas de exportação, através de investimentos estrangeiros em território chinês, não obstante, ampliou as indústrias multinacionais em novas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) nas décadas de 1980 e 1990 em diversas regiões litorâneas da China e consecutivamente, contribuindo para um crescimento econômico. Pode-se afirmar que "(...) a quase totalidade do crescimento é explicada pelo consumo e pelos investimentos — embora seja claro que estes últimos foram em boa medida estimulados pela perspectiva de atendimento da demanda externa" (NONNENBERG, 2010, p.206).

Se observarmos o consumo de derivados de petróleo nos subsetores industriais, sobretudo no caso do *diesel* e do óleo combustível, verificamos como maiores consumidores: siderurgia; mineração; pelletização de minerais não metálicos; produtos químicos; alimentos; e bebidas (CORRÊA, 2015, p. 194).

Tendo isso em mente, buscaremos entender através de um desses exemplos quais os caminhos tomados, no sentido de aliar esses interesses econômicos à agenda diplomática chinesa. A segurança energética, como já pudemos introduzir, possui um alto valor no desenvolvimento do país, uma vez que acumula uma relação com a sociedade chinesa, com a política e economia, a tornando uma questão para além das relações exteriores do país. Posto isso, partiremos para a análise do petróleo como exemplo.

A DIPLOMACIA CHINESA E O EXEMPLO DO PETRÓLEO

Contextualizando brevemente o que estamos trazendo. Entre os anos de 1958 a 1978, colocou-se em prática a companhia conhecida como o *Grande Salto Adiante* (the Big Push), por parte do governo chinês, com a imposição de uma industrialização pautada, sobretudo, na indústria pesada, “(...) tendo como objetivo gerar *linkages* na matriz insumo produto tanto no *upstream* [carvão, petróleo, minério de ferro] como no *downstream* [aço e máquinas]” (CORRÊA, 2015, p. 194). Como resultado dessa vertiginosa expansão, gerou-se uma vigorosa reestruturação interna para o suprimento de hidrocarbonetos com capacidade de abastecimento dessas indústrias, o que manteve a independência chinesa de importações⁴. Os choques do petróleo de 1973 e 1974, em comunhão com a gradual abertura do país, tornou a China alternativa de abastecimento de países na região do leste da Ásia, e consecutivamente em 1980, a busca de novas matrizes energéticas – como no carvão e hidroelétricas –, junto da abertura de novas indústrias petrolíferas nas províncias de Heilongjiang, Shandong, Shaanxi, Xinjiang e Tianjin garantiram estabilidade até o início da década de 1990 (CORRÊA, 2015).

O crescimento econômico e a divisão da produção de petróleo com outros recursos, acabou por tornar a estabilidade da indústria insuficiente para o abastecimento interno em um curto período, tornando a China um importador já no ano de 1993. Até aproximadamente a virada do milênio, as reservas de petróleo chinesas se limitaram a um baixo crescimento e quando a projeção de consumo superou os 17,9 bilhões de barris do ano de 2000, fez-se claro que já não mais seria possível o equilíbrio das importações a partir da produção doméstica (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008).

(...) mesmo tendo se tornado um importador líquido já em 1993, parece que apenas com o início da depleção de suas reservas em 2000-2001 a China se tornou mais agressiva na sua busca por petróleo estrangeiro.

(...) Em 2003, a China ultrapassou o Japão como segundo maior consumidor mundial de petróleo, com 5,3mb/d. Em 2005, a

⁴ Nesse primeiro instante, as relações sino-soviéticas proporcionaram um vetor que configurava um ritmo estável de importação de petróleo para a China. Com o descobrimento de jazidas em 1959 em Daqing, na província de Heilongjiang, foi possível a elevação da produção doméstica, o que posteriormente garantiu tal independência de importações, mesmo com o fim das relações com a URSS em 1960 (CORRÊA, 2015).

China consumiu 6,9mb/d e, em 2006, atingiu a marca de 7,4mb/d. Considerando que a produção nacional aumentou de 3,4 para 3,6mb/d entre 2003 e 2006, o resultado foi um crescimento abrupto das importações chinesas, que atingiram 3,88mb/d. Estas representavam 35% do consumo nacional em 2003 e ultrapassaram 50% em 2006 (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008, p. 376 -377).

Como uma consequência a garantir da segurança energética da China, novas perspectivas da diplomacia do país visavam a ampliação de atuação em novos potenciais mercados fornecedores com grande quantidade de reservas de gás natural e petróleo. Naturalmente, os olhares se direcionaram à países com status imprescindíveis da geopolítica global, localizados sobretudo, no Oriente Médio – como Irã e Iraque – e África – como Sudão e Angola. Nos entremeios ao estabelecimento dessas relações, entretanto, as pressões reguladoras de ordem política de países centrais, com destaque para os Estados Unidos, restringem a ampliação e inserção chinesa nas regiões em questão, de sua pauta estratégica.

Durante a preparação dos EUA para a intervenção no Iraque, a China posicionou-se contrariamente ao emprego da força bélica. Mais recentemente, a China vem se esforçando para impedir a imposição de sanções ao Irã e ao Sudão, só que agora justamente para preservar ou ampliar sua ascensão sobre os recursos fósseis deste país. Nestes dois últimos casos, além da ênfase da política externa chinesa de não-ingerência em assuntos domésticos, há inegavelmente a preocupação com a sua segurança energética. Isto é, Irã e Sudão têm importantes contratos de fornecimento de recursos energéticos fósseis como gás natural e petróleo para a China, ao mesmo tempo em que são objetos de ofensiva diplomática e militar dos EUA (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008 p. 374).

Cria-se no fulcro das disputas, um jogo no qual se tem a China trabalhando para a ampliação de seus laços diplomáticos, no sentido do desenvolvimento nacional e perpetuação de seu lugar como potência regional, e os Estados Unidos exercendo seu poder de regulação político-ideológica, legitimando seu lugar como polícia do mundo. Um embate direto, entretanto, é remediado por uma das partes. Em 2003, durante o Fórum de Boao para Ásia, na busca de uma superação da ideia de ameaça, a China apresentou a doutrina *heping jueqi*, ou “ascensão-surgimento pacífico”, “(...) como ofensiva atraente para contrabalancear a estratégia norte-americana de cercar a China com um

sistema de bases militares e relações de segurança” (ARRIGHI, 2008, p. 299). Isto dizia respeito a condução de ações que evitassem os caminhos agressivos que assumiram as antigas potências em seus respectivos períodos de ascensão – como a Alemanha e o Japão na Segunda Guerra Mundial.

Embora a expressão ‘ascensão pacífica’ tenha sido discretamente abandonada em favor de ‘desenvolvimento pacífico’ ou ‘coexistência pacífica’, ainda assim a doutrina subjacente permaneceu firme, como testemunha a proclamação do presidente Hu Jintao, em 2004, sobre os ‘quatro não’ [‘não à hegemonia, não à força, não aos blocos, não à corrida armamentista’] e os ‘quatro sim’ [‘à construção de confiança, à redução das dificuldades, ao desenvolvimento da cooperação e ao evitamento do confronto’] (ARRIGHI, 2008, p. 299).

Trata-se, portanto, de uma complexa ambição no caminho de se tornar uma potência econômica sustentável e durável, dando preferência às parcerias multilaterais, ações coletivas, e cooperação com demais países emergentes – como propriamente o BRICS. Todavia, quando retornamos à questão da busca por recursos, algumas interpretações evidenciam barreiras quando à perpetuação de seu posicionamento restrito à agressividade. José Luís Fiori (2008), identifica que a expansão de influência chinesa sobre os territórios africanos – que tem aumentado – já tem repercutido em conflitos com demais potências, o que provavelmente dificultaria a permanência desse posicionamento pacífico da diplomacia chinesa nos próximos anos. Isso significaria dizer que, a geração de disputas por espaços de influência, seja ela competitiva ou complementar entre China e Estados Unidos, sinalizaria um aumento da *pressão competitiva*, e provocariam severas transformações na estrutura do sistema mundial (FIORI, 2008). Isso se dá justamente, pelo interesse de ambos os países de aproveitarem-se do acentuado aumento da produção de gás natural e petróleo no continente, que teve início na virada do século XX para o XXI, quando grandes volumes de investimentos diretos contribuíram para taxas médias de crescimento acima dos 4,5% a.a.

Por parte da China, adotou-se uma ofensiva pautada, sobretudo, em três âmbitos no tratamento com a África. No *político-diplomático*, aplicou-se a perpetuação da ideia de não-intromissão em questões domésticas e o aumento dos esforços de aproximação política via multilateralismo. Quanto ao *comércio exterior*, déficits comerciais foram assumidos pela China intendendo o benefício

das economias africanas ao acesso de recursos. Por fim, quanto ao âmbito econômico, massivos investimentos em infraestrutura via financiamento e apoio técnico, ampararam o setor de construção impulsionando o desenvolvimento regional (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). Não obstante, sob a justificativa de fortalecer a cooperação Sul-Sul, foi criado no ano de 2000 o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), estabelecendo compromissos da ordem política – promovendo o aumento de expedições diplomáticas entre Ásia e África –, do desenvolvimento social – com o intercâmbio científico-tecnológico e bolsas em universidades –, da economia – através do aumento de investimentos e comércio –, cultural – com o aumento do turismo chinês na África, por exemplo – e de segurança – pelo intercâmbio de inteligência, ações antiterrorismo e assistência militar (BRICS POLICY CENTER, 2016).

Outro exemplo da ampliação das relações estratégicas da China foi a criação da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) no ano de 2001, reunindo para além da China, a Rússia, o Tadjiquistão, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Uzbequistão como membros signatários – também se incluem Índia, Mongólia Paquistão e Irã como membros observadores. O agrupamento revela um discurso de integração regional, para questões como parcerias na área de segurança – no tratamento da dissuasão islâmica na Chechênia e Xinjiang (província chinesa de maioria islâmica) – e segurança energética – sobretudo em investimentos e comércio de hidrocarboneto entre membros –, não obstante, assegurando a ampliação das esferas de influência da China na Eurásia (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008). Todavia, tem-se o argumento de que a diplomacia pacífica chinesa cai por terra, a partir disso. Fiori (2008) afirma categoricamente que o objetivo primordial do agrupamento é “(...) explicitamente, ser um contrapeso aos Estados Unidos e às forças militares da Otan” (FIORI, 2008, p. 51).

De fato, questões envolvendo segurança, seja ela nacional ou energética, sempre estiveram no meio da conduta política interna e externa da China. Seguindo a lógica do pensamento e a apresentação de evidências por José Luís Fiori, desde 1990 o país asiático vem despendendo altos volumes de gastos em programas militares, como o Projeto de Segurança Estatal 998 de 2001,

provendo-a de um gasto militar que superava os 13% entre 2001 e 2010. Coloca Fiori (2014) que:

Hoje a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, nesse caso, é que os gastos com defesa já alcançam cerca de 30% de todo gasto governamental com pesquisas e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses nos últimos anos em microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química e no campo aeroespacial (FIORI, 2014, p. 99).

Hoje a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, nesse caso, é que os gastos com defesa já alcançam cerca de 30% de todo gasto governamental com pesquisas e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses nos últimos anos em microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química e no campo aeroespacial (FIORI, 2014, p. 99).

Em vias de concluir essa seção, pode-se afirmar que existem diferentes leituras a respeito das estratégias diplomáticas chinesas quanto ao tratamento com demais países emergentes – sobretudo quando falamos sobre investimentos e acesso a recursos estratégicos. Enquanto seu discurso pauta-se na colaboração e respeito, suas ações nem sempre transitam por esse caminho, tendo em vista as necessidades decorrentes de seu vertiginoso crescimento econômico para suprir a segurança e funcionamento de suas instituições internas – que cada vez mais capilarizam-se ao redor do mundo, como a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a China National Petroleum Corporation (CNPC). Mas, para o que nos interessa nesse trabalho, podemos indagar que o mesmo ocorre nas relações da China com o BRICS, ou o comportamento pacífico da grande estratégia da China se revela de fato uma realidade para o grupo?

CHINA PARA COM OS BRICS: COMPETIÇÃO OU COOPERAÇÃO?

Apesar de já termos analisado sobre a agenda dos BRICS, suas intencionalidades e objetivos, pouco avaliamos de fato os intercâmbios comerciais e ações bilaterais entre os membros do grupo. A fim de compreender o lugar da China e a importância que esta possui dentro do agrupamento, buscaremos entender quais as vias assumidas pelo país na condução de sua

diplomacia e se a compatibilidade de seu discurso é de fato uma retórica válida para com os demais BRICS. Desde já, é conclusivo que a literatura tende a evidenciar positivamente as ações do grupo, sendo quase unânime que, de fato, as partes estejam agindo de forma confluyente e conjunta em benefício mútuo, incluindo outros países classificados como emergentes.

Ainda assim, nos parece que a China possui uma visão parcial sobre seu lugar e de fato se entende como fazendo parte do grande grupo dos emergentes – mais especificamente como uma potência em ascensão. Haibin Niu (2013), pesquisador do Centro para Estudos Americanos, do Shanghai Institutes for International Studies (SIIS) e colaborador do BRICS Policy Center, em um de seus artigos, disserta sobre a grande estratégia chinesa para com o tratamento de suas relações internacionais. Segundo o autor:

(...) a China assume uma posição muito positiva no que diz respeito à cooperação entre as potências emergentes. Ao agir como membro desse grupo, o país pode aproveitar-se das oportunidades de desenvolvimento dos demais países, reduzindo assim a pressão internacional sobre sua posição como principal potência ascendente. Para levar a termo essa estratégia, porém, o país precisa trabalhar em prol de um BRICS forte e unificado, enquanto mantém o agrupamento uma entidade aceitável para o resto do mundo (NIU, 2013, p. 207).

Os laços de oportunidade que a China busca no BRICS, portanto, seriam como um trampolim para se tornar um porta voz desse grupo de países, fazendo do agrupamento um elo de ensejo para esse projeto em questão. O autor ainda levanta três pontos principais para o projeto chinês:

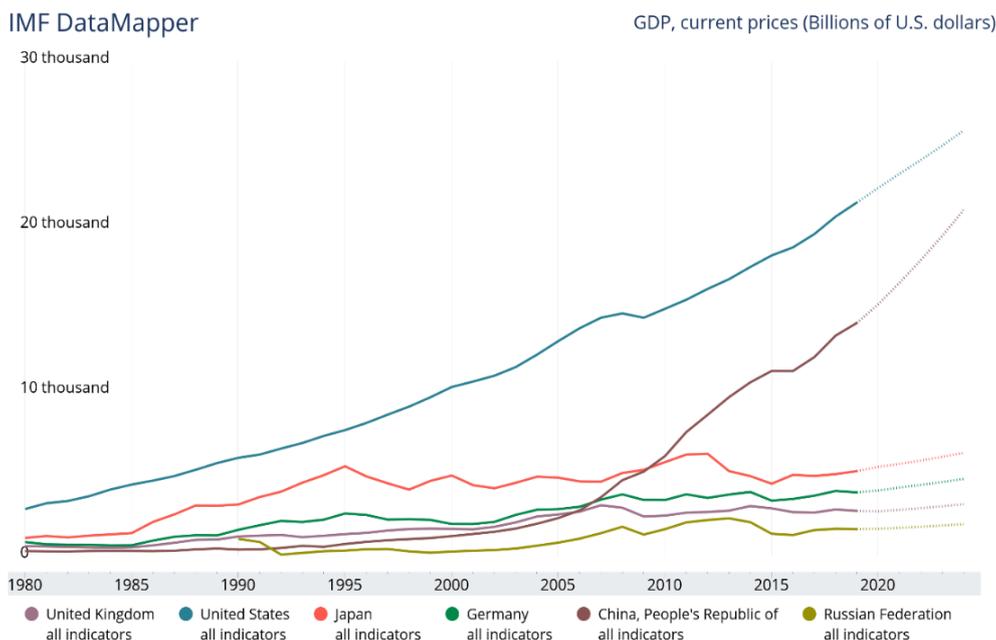
Primeiro, tratando-se de parceiros com pensamentos semelhantes, a cooperação entre os países BRICS pode ajudar a China a aumentar a voz das potências emergentes dentro do atual sistema internacional e, assim, aumentar a capacidade de negociação com as potências vigentes acerca das responsabilidades internacionais a serem assumidas. (...) Segundo, diante da atual queda na situação econômica internacional, a parceria intra-BRICS pode ajudar a China a explorar e aprofundar a cooperação econômica entre as potências emergentes. (...) Terceiro, com seus interesses globais em expansão, a China precisa que seus parceiros dentro do BRICS mantenham a paz, a estabilidade e a prosperidade em suas regiões (NIU, 2013, p. 208 - 209).

Pode-se concluir que a China enxerga a necessidade de uma simbiose entre os demais países para que ela consiga atingir seus objetivos. Talvez esse

projeto global, que a China vem colocando em prática desde a apresentação do discurso da *ascensão pacífica* (ARRIGHI, 2008) no início do século, seja o ponto divergente que alia o BRICS como um grupo coeso e que atrapalharia o país asiático na obtenção de resultados. Embora a China ainda não seja essa representante do “resto” do mundo, afirma Stuenkel (2018), o país, todavia, “(...) é a única potência não ocidental com um projeto global concreto – contrastando com os demais países do BRICS, que nutrem ambições globais, mas carecem de poder diplomático e econômico para implementá-las” (STUENKEL, 2018, p.162).

De fato, observa-se que a China não mediu esforços para uma brusca reestruturação. Quando ainda na década de 1980, as primeiras medidas do regime Deng começaram a surtir efeitos pela mudança da pauta da matriz econômica, de comércio e produção de primários, direcionando-se para maior foco na indústria de transformação e produção de bens, a China experienciou um vertiginoso crescimento. Essa inversão, ocasionou um déficit de produtos não-industrializados para a balança comercial chinesa, enquanto concomitante, o superávit em produtos de alta tecnologia crescia cerca de 55 vezes, somente se considerado o período de 1998 a 2008 (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014). Observando o gráfico a seguir, percebe-se que dentre os países selecionados, a China ocupava no primeiro ano da série a última colocação, gradualmente superou países como Rússia, Reino Unido, Alemanha e por fim a segunda maior economia, o Japão.

Gráfico 1- Valores correntes do PIB em série histórica (1980 – 2019)



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2019.

Em se tratando do comércio com os países do BRICS, a tendência de crescimento tende a se repetir. Quando observamos o volume de trocas de mercadorias convertido em valores reais, a China é o país do agrupamento que possui o maior montante e conseqüentemente o saldo mais expressivo. A fim de comprovar o aumento de trocas que se estabeleceram entre os países, levantamos os dados relativos ao ano de 2011 – ano em que ingressa ao grupo a África do Sul – e 2017 – último ano da série histórica disponível pela base de dados.

Tabela 1- Comércio de mercadorias entre BRICS (2011 e 2017) (valor em bilhões US\$)

		I M P O R T A Ç Õ E S							
		Brasil	Rússia	Índia	China	A. Sul	total	Saldo (e - i)	
EXPORTAÇÕES	Brasil		4,42	3,31	44,5	1,58	53,81	Brasil	12,035
	Rússia	2,44		5,24	35,3	0,184	43,164	Rússia	-8,941
	Índia	5,79	2,83		19,5	4,35	32,47	Índia	-35,48
	China	32,6	44,3	48,9		15,4	141,2	China	27,1
	A. Sul	0,945	0,555	10,5	14,8		26,8	A. Sul	5,286
	total	41,775	52,105	67,95	114,1	21,514			

		I M P O R T A Ç Õ E S							
		Brasil	Rússia	Índia	China	A. Sul	total	Saldo (e - i)	
EXPORTAÇÕES	Brasil		3,01	4,88	48	1,57	57,46	Brasil	24,667
	Rússia	2,46		6,41	39,1	0,415	48,385	Rússia	-1,793
	Índia	2,9	2,83		14,8	4,28	24,81	Índia	-63,28
	China	27	43,8	68,8		15,6	155,2	China	36,2
	A. Sul	0,433	0,538	8	17,1		26,071	A. Sul	4,206
	total	32,793	50,178	88,09	119	21,865			

Fonte: The Observatory of Economic Complexity (OEC), 2020. Elaboração própria.

Embora se observe um aumento do primeiro ano (2011) ao último ano (2017) selecionados – e disponível no OCE –, o crescimento do comércio intra-BRICS se demonstra muito tímido. Como ressalta Oliver Stuenkel (2017), “(...) de fato, à exceção da China, que tem fortes laços econômicos com todos os outros países do BRICS, o comércio intra-BRICS é surpreendentemente fraco. (...) O comércio intra-BRICS total de 2012 era menos do que o comércio do BRICS com a África, o que mostra sua desunião na frente econômica” (STUENKEL, 2017, p. 128). Essa afirmação levanta a suspeita de que a incompatibilidade econômica que possuem os países membros se faz um grave impeditivo para o estreitamento dos laços comerciais do grupo e consequentemente, um problema para a efetiva união desses Estados em questão. Se buscarmos o exemplo do comércio Brasil-China, veremos que do valor total de nossas exportações para o país asiático, 42% (20,3 bilhões de dólares) são somente soja, o que significa apenas 2,4% (36,6 bilhões de dólares) das importações totais chinesas – do total, 56% vindos do Brasil, e 34% dos Estados Unidos, enquanto o restante se divide em países como Argentina, Uruguai e Canadá.

Mas voltando a questão colocada no título da seção que retoma o título do artigo, devemos entender tal relação com a China como amistosa, ou como

oportunista? Ao que nos parece, objetivamente, a partir dos documentos e pontos de vista apresentados, sobretudo por Stuenkel (2017; 2018), Baumann *et al.* (2015), etc. adotados aqui em nossa literatura, que se caminha para uma maior comunhão entre os países, que mutualmente vêm desdobrando alguns artifícios contra-hegemônicos. Devemos lembrar que estamos falando de potências emergentes, que possuem ambições globais e que para tanto, trabalham para contrabalancear as desigualdades impostas pelos aparatos estatais e jurídicos arranjados pelas potências tradicionais, no caminho de elevarem suas posições, “(...) lançando bases para uma ordem multipolar que lhes permitirá moldar a ordem global de acordo com seus interesses” (STUENKEL, 2017, P. 249).

Nos parece plausível o caminho indicado pelos autores, sobretudo quando analisamos bilateralmente as relações do Brasil com a China devidamente. Ainda que haja ressalvas, como a do economista Batista Jr. (2019) afirmando que se necessita cautela, uma vez que, parafraseando o general francês De Gaulle, as nações não têm amigos, mas interesses, sendo óbvia a escolha de não se aliar a ninguém (BATISTA JR, 2019). Entretanto, segundo o autor:

Não se aliar a nenhum dos dois não significa necessariamente manter equidistância. Se tivermos que pender para um dos lados, é provavelmente preferível pender um pouco para o da China com quem o Brasil tem uma cooperação de caráter estratégico e relativamente equilibrada no âmbito do BRICS. Os Estados Unidos ainda são a principal potência – e continuarão sendo por tempo considerável. No horizonte visível, não há chance real de trazê-los para um diálogo menos marcado por suas tradicionais prepotências. Já a China, apesar das suas dimensões econômicas e demográficas, continua sendo um país em desenvolvimento e, por isso mesmo, compartilha com o Brasil diversas características e interesses essenciais (BATISTA JR, 2019, p. 326).

De fato, até então o Brasil vinha se saído bem quanto a isso até 2017. De acordo com os dados levantados na tabela 1, tanto com a China, quanto com os outros países membros do BRICS, o Brasil possui um superávit comercial, sobretudo pela exportação de primários, como o minério de ferro e grãos (soja, café e milho), mesmo que isto dedique implicações econômicas internas – e com isso nos referimos explicitamente a reprimarização e a gradual redução dos

investimentos na indústria. Não obstante, encararmos a China como principal parceiro, potencializa as chances de maiores conquistas, uma vez que as previsões como a do próprio FMI (2019), confluem para a mesma conclusão de que o país superará os Estados Unidos como maior economia global. Todavia, tal observação ainda se faz em curso, sendo prematuro concluir uma data para tal inversão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que haja uma suspeita de indicação que exista uma real possibilidade de se superar a antiga ordem hegemônica das potências tradicionais, temos de ter em mente que na complexa arena de relações entre Estados nacionais há sempre a prevalência de conflitos de interesses regidos pela lógica econômica (CASTRO, 2019), colocando em cena uma resistência a possíveis alterações das potências tradicionais. A realidade que nos é apresentada pelo conjunto dos fatos e eventos presentes nas relações internacionais poderiam, dessa forma, dar indícios de que um “novo mundo” não se concretize no curto prazo – embora possua subsídios para que de fato ocorra futuramente.

O que se coloca no cerne da superação de uma ordem vigente é a defesa de uma nova organização multilateral, no qual se preserve a reciprocidade e cooperação apesar da imposição de um internacionalismo liberal comandado pelo poder das potências tradicionais. Stuenkel (2018) ressalta que “seria errado supor que novas instituições (...) vão articular ou promover quaisquer regras fundamentalmente novas nos termos das quais os assuntos internacionais deveriam ser organizados em um mundo pós-ocidental” (STUENKEL, 2018, p. 190), significando que do ponto de vista institucionalista não haveria assim a implementação de uma nova doutrina global que não a que vivemos hoje. Complementando este argumento, o autor coloca que “a China busca emular o estilo de liderança dos Estados Unidos: baseado em regras, mas com influência adicional incorporada e direito de agir ocasionalmente sem ter que preencher um ‘formulário de autorização’” (STUENKEL, 2018, p. 191). Dessa forma, a autonomia de grupos como o BRICS seria eventualmente preservada em temas

como de ordem econômica, política, de segurança, de ciência e tecnologia etc. possivelmente, diante da China.

A bibliografia referente a teoria do sistema-mundo é consistente em argumentos que evidenciam uma reorientação hegemônica do ocidente para o oriente – tendo neste caso a China como protagonista desse desenho na superação do ciclo estadunidense –, e junto a isso, as novas instituições supranacionais. Não pretendemos insinuar que esse fato esteja próximo de ocorrer, todavia, é possível perceber que a China conservou relativo controle de sua política econômica na última década – em especial no pós-crise de 2008 – e manteve o volume de investimentos externos assim como internos possibilitando crescimento superior a 7% nos cinco anos que sucedem o período da crise financeira internacional, indicando ser possível a superação do PIB estadunidense nas próximas décadas (HSBC, 2018).

Podemos acrescentar ainda que a China, desde os anos 70, passou por mudanças de uma orientação política que surtiram fortes efeitos para se tornar o que é hoje. Gradualmente, o país asiático foi tomando espaço nas trocas de âmbito global a ponto do valor adicionado a industrialização fazer frente a países como Coreia do Sul, Taiwan, Japão e Singapura – sobretudo em esferas como produtos eletrônicos e máquinas operatrizes (HARVEY, 2014). Como resultado direto, se teve a absorção de empregos no plano doméstico e o crescimento da economia interna, desencadeando um certo processo de firmamento de uma dependência de matérias primas e energéticas pelas indústrias alocadas no ramo das exportações – indicando que parcerias estratégicas com países de base produtiva primária, como é o caso do Brasil e África do Sul, seriam de grande valor para o subsídio para o projeto chinês.

O BRICS certamente possui um grande potencial para a consolidação de uma ordem paralela – uma vez que como já exposto, a superação da ordem já existente não deva acontecer no curto prazo –, todavia o cenário político atual não contribui para a conclusão desse projeto – tendo em vista problemas políticos internos na África do Sul e no Brasil, assim como recentes disputas territoriais entre China e Índia na *Linha de Controle Real* (LAC), no vale de Galwan, em Ladakh. A Rússia preserva ainda uma ideologia concreta na sua Política Externa assim como a China, todavia, a depender dos demais países

membros – que se destoam pelo perfil político democrático – necessitamos aguardar o cenário propício para a retomada mais assertiva dos estudos direcionados à integração desses Estados e a mudança da ordem global.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização dos BRICS. *In*: BAUMANN, Renato. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.
- ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2138/2522>. Acesso: 4 de fev. 2020.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2008. 428 p.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 1. ed. 9. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 408 p.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. São Paulo: Leya, 2019.
- BAUMANN, Renato. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. *In*: BAUMANN, Renato *et al.* **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.
- BRICS. **VI Cúpula BRICS: Declaração de Fortaleza**. Fortaleza, 15 jul. 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- BRICS POLICY CENTER. **Fórum de Cooperação China-África**. Rio de Janeiro, dezembro 2016. Disponível em: <http://www.bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integração Sul-Americana, Dependência da China e Subimperialismo Brasileiro. *In*: ÁLVAREZ, Jairo Estrada (coord.). **América Latina en Medio de la Crisis Mundial: Trayectorias nacionales y tendencias regionales**. Bogotá: CLACSO, 2014.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 300 p.

CORRÊA, Alexandre Palhano. Industrialização, Demanda Energética e Indústria de Petróleo e Gás na China. *In*: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edilson Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. 594 p.

COSTA JÚNIOR, Pedro Donizete da. **O poder americano no sistema mundial moderno: colapso ou mito do colapso?** 1. ed. Curitiba: Appris editora, 2018. 157 p.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HSBC, Holdings Plc. **The world in 2030: Fast growing China to become the world's largest economy while India jumps to No 3**. Reino Unido, 25 set. 2018. Disponível em: <https://insights.hsbc.co.uk/content/dam/hsbc/gb/wealth/pdf/the-word-in-2030.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura: Preenchendo as lacunas no financiamento de infraestrutura na Ásia**. [S. l.], 3 maio 2018. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>. Acesso em: 4 mar. 2020.

NIU, Haibin. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 197 - 229, jan./jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a07v35n1.pdf>. Acesso: 17 de set. 2019.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 201 - 218, abril/junho 2010.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A Segurança Energética da China e as Relações dos EUA. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 361 - 398, maio/agosto 2008.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Occidental: potências emergentes e a nova ordem global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VASCONCELOS, Jonnas E. Marques de. **BRICS: agenda regulatória**. São Paulo, Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

Recebido em 26 de Abril de 2021

Aceito em 27 de Junho de 2021